



A PROBLEMÁTICA DAS VARIANTES DO TRATAMENTO DITO PADRÃO

Daniela Tankevicius Ferraz – danitf12@gmail.com

Resumo: Com um forte e poderoso conteúdo crítico, Lacan escreve seu texto “Variantes do Tratamento Padrão” contrapondo-se a noção de tratamento e cura defendida pela IPA, afirmando haver uma dificuldade, ou uma má-fé, da parte dos psicanalistas para trazer à luz de suas práticas e produções os princípios da psicanálise. Salientamos que o autor analisa o profundo desconhecimento que reinava nas sociedades de psicanálise sobre os fundamentos das técnicas psicanalíticas, além da prevalência do *ego* do analista, o qual faz difícil a tarefa de renunciar a de seu lugar privilegiado de detentor das “verdades indiscutíveis”. Este texto é apresentado acompanhando e comentando as quatro partes do percurso de Lacan em seu escrito: Uma questão morcego: examiná-la às claras; Da via do psicanalista à sua manutenção considerada em seu desvio; Do Eu na análise e de sua finalidade no analista; O que o psicanalista deve saber: ignorar o que ele sabe.

Palavras-chave: Variantes; cura; tratamento-padrão; saber; ignorância.

São Paulo

2024



THE ISSUE OF TREATMENT VARIANTS THAT ARE LABELED AS STANDARD

Daniela Tankevicius Ferraz – danitf12@gmail.com

Abstract: With a strong and powerful critical content, Lacan writes his text " Variations on the Standard Treatment " opposing the notion of treatment and cure advocated by the IPA, stating that there is a difficulty, or even bad faith, on the part of psychoanalysts to bring to light the principles of psychoanalysis in their practices and productions. It is noteworthy that the author analyzes the profound ignorance that prevailed in psychoanalytic societies regarding the foundations of psychoanalytic techniques, as well as the prevalence of the analyst's ego, which makes it difficult to renounce their privileged position as holders of "indisputable truths". This text is presented accompanying and commenting on the four parts of Lacan's journey in his writing: A Bat Question: Examining It in the Light of Day; From the Psychoanalyst's Pathway to Its Maintenance, Considered from the Viewpoint of Its Deviation ; On the Ego in Analysis and Its End in the Analyst; What the Psychoanalyst Must Know: How to Ignore What He Knows.

Keywords: Variants; cure; cure-type; knowledge; ignorance.

São Paulo

2024

Gostaria de começar esse texto segundo uma escolha de retornar, brevemente, à Freud, mais precisamente à uma legítima preocupação que o impulsionava, quando da criação da IPA em 1910, em seu texto *História do Movimento Psicanalítico*, de 1914, ele revela a respeito de suas motivações e anseios destinados à fundação de uma Associação de Psicanálise que pudesse proteger seus princípios e alavancar sua disseminação com maiores cuidados, mas que, na impossibilidade de haver garantias sobre os rumos que ela seguiria, encontrou os limites de seu projeto. Nas palavras de Freud (1914):

“Julguei necessário formar uma associação porque temia os abusos a que a psicanálise estaria sujeita logo que se tornasse popular. Deveria haver uma sede cuja função seria declarar: Todas essas tolices nada têm a ver com a análise, isto não é psicanálise. Nas sessões dos grupos locais (...) seria ensinada a prática da psicanálise e seriam preparados médicos, cujas atividades receberiam assim uma espécie de garantia. Além disto, visto que a ciência oficial lançara um anátema solene contra a psicanálise e tinha declarado um boicote contra médicos e instituições que a praticassem, achei que seria conveniente os partidários da psicanálise se reunirem para uma troca de ideias amistosa, e para apoio mútuo. Isto, e nada mais, foi o que esperava alcançar com a fundação da Associação Psicanalítica Internacional. Mas tudo leva a crer que era querer demais.” (FREUD, 1914, p.57).

Do mesmo modo que os adversários da psicanálise puderam vivenciar a impotência de interromper o seu alastramento, Freud também constatara sua impossibilidade de brejar os desvios (re)correntes do que desejara para sua invenção. As preocupações e os esforços de Freud para manter algo dos princípios da psicanálise seguros e sua subsequente frustração, não se localizam apenas em um passado progresso cujos impasses foram rememorados, repetidos e enfim, elaborados; pelo contrário, sua inquietação se transfigura ainda hoje em uma questão que nos toca e nos coloca em movimento, tanto internamente às instituições psicanalíticas, quanto na sociedade e nos atravessamentos do Estado e ideais de nossos tempos: localizando aqui também parte da intenção desta atividade.

Como se forma um analista? Quais os critérios éticos ou técnicos estabelecidos para sua formação? O que fazer com os desvios uma vez localizados, já que sua total prevenção é da ordem do impossível? Como defender a psicanálise, se mantendo coerente a seus princípios e ao mesmo tempo sensíveis às variáveis de saberes e contingências de nossos tempos?

Tomado por uma também inquietante preocupação com os caminhos que a psicanálise estava trilhando, em 1955 Lacan estava proferindo seu seminário sobre As Psicoses, trazendo à tona, de modo contundente, a urgência de se retornar ao texto freudiano para a compreensão efetiva da relevância da estrutura simbólica na constituição do psiquismo, em oposição do modelo psíquico identificatório disseminado pela psicanálise da época, que não mais incluía a primazia da divisão subjetiva, e portanto insuficientes para compreensão das psicoses, e a partir destas, das neuroses e perversões. Neste ano de 1955, ele escreve “Variantes do Tratamento-Padrão” ou em uma tradução mais direta do francês, “Variantes da Cura-Tipo”, este texto é um artigo que fazia parte de um volume da Enciclopédia Médico-Cirúrgica organizada pelo psiquiatra Henry Ey. Lacan (1966) aceita o convite de produzir este texto motivado, principalmente, pela oportuna possibilidade de, na contramão do pedido, fazer sua crítica a uma ambiguidade própria ao tema, que denunciava um desvio da psicanálise que se praticava na IPA. Cinco anos mais tarde, teve seu artigo suprimido sob a justificativa de ser considerado demasiadamente difícil, o que fez com que Lacan publicasse uma versão nova e ainda mais dura para os Escritos, em 1966.

Com um forte e poderoso conteúdo crítico, Lacan (1966) contrapõe-se a noção de tratamento-padrão defendida pela Sociedade Psicanalítica de Paris, afirmando haver uma dificuldade, ou uma má-fé, da parte dos psicanalistas para trazer à luz de suas práticas e produções os princípios da psicanálise, ou porque o desconhecimento reinava nas sociedades de psicanálise, ou, porque o próprio Eu do analista, elevado à categorias inimagináveis de poder em associação ao seu saber, lhe retirava toda e qualquer condição de renunciar a seu lugar privilegiado de detentor das “verdades indiscutíveis” (LACAN, 1966, p. 327).

O texto é apresentado a partir de quatro partes, cada qual Lacan (1966) avança algo de seu argumento anterior, e propõe novas questões para discorrer na parte seguinte:

- Uma questão morcego: examiná-la às claras
- Da via do psicanalista à sua manutenção considerada em seu desvio.
- Do Eu na análise e de sua finalidade no analista.
- O que o psicanalista deve saber: ignorar o que ele sabe.

O enunciado do primeiro tópico, “*Uma questão morcego: examiná-la às claras*” é sugestivo ao salientar que é preciso trazer à luz, algo que, assim como um morcego, encontra na escuridão sua morada. Palavras como “paradoxo”, “ambiguidade”, “pleonasmos” e “desvios” marcam esta primeira parte do texto.

Em uma primeira aproximação com o texto, já advertida de seu tom duro e da aspereza com que as palavras de Lacan (1966) se inscrevem no papel, uma lembrança, esta, ao contrário, doce, me tocou. Uma fábula citada por ele, que já embalou diversas noites de sono quando criança, talvez vocês conheçam. Vou contá-la aqui:

Havia uma guerra entre as Aves e as Feras. As feras, mais fortes, estavam por maltratar e vencer as Aves. O Morcego, amedrontado, usou de sua sagacidade para passar para o bando das feras, afinal, desde quando aves tem pelos? Vejam, desde quando aves tem dentes?

Assim o foi até que, lá de longe, surge a Águia determinada a dar tudo de si para ajudar as Aves, eis que com essa parceria, as Aves alcançaram a vitória. O Morcego, constrangido, alegou equívoco e tentou se juntar ao bando, afinal, desde quando Feras tem asas? Vejam, eu voo como vocês! As aves, não convencidas ordenaram-lhe que, como castigo da sua traição, andasse para sempre pelado e às escuras.

As fábulas de Esopo são um conjunto de histórias curtas creditadas a um escravo grego, mais de 500 anos AC. Tais fábulas são compostas de histórias aparentemente brandas que incluem uma lição de moral ao final. Suas histórias são contadas oralmente, de modo que não há registro de uma forma escrita original. Aqui tomei a liberdade de contá-la de acordo com que me recordei, não sem ajuda de um livro chamado “*Fabulas de Esopo Ilustradas*” (PINHEIROS, 2013), do qual recorri para lhes dizer sobre sua moral.

Moral da história: esta fábula adverte os soldados para que não desamparem os seus capitães e os amigos para que não esqueçam a amizade em tempo de trabalhar. Os que assim não fazem pouco têm de amigos e muito de inimigos. (PINHEIROS, 2013)

Trata-se, pois, de uma metáfora que aponta para os perigos e para a impostura da sagacidade de se dizer ser uma coisa e não outra, para depois se posicionar ao avesso do dito, por conveniência, acaba por mitigar as possibilidades de advir de um modo mais espontâneo e próprio: ou se está tentando passar por ave, ou por fera, o que fica de fora é

a *verdade* de si, seus fundamentos. Se Esopo estava preocupado com a moral, para nós cabe nos indagar sobre a ética.

Se na fábula, o morcego está fadado a viver nas sombras por efeito de uma escolha em seguir alternando sua posição na guerra dos animais, por que Lacan (1966) menciona este conto para elaborar sua crítica?

O título sugere uma espécie de excesso de palavras para emitir um enunciado que, segundo Lacan (1966), não chega a ser claramente expresso: as variantes do tratamento-padrão. O termo “variantes” poderia sugerir uma possibilidade de ser lida através de um rigor ético, que viria a partir de uma formalização teórica que até então não havia ocorrido, porém, não se verifica na intenção da demanda dirigida a Lacan uma preocupação com essa questão maior que com a pureza do tratamento ideal, exemplificada pela ligação entre os termos tratamento e padrão pelo hífen (-), podendo-se ler padrão e cura como termos conectados. O problema das variantes estava submerso em um mar de confusões com formalismos de ordem prática, como o que pode ou não pode um analista fazer, em termos muitas vezes comportamentais. Lacan se pergunta a respeito (LACAN, 1966, p.324) “será essa uma distorção de seu direcionamento para a informação médica ou será uma deformação intrínseca à questão das variantes do tratamento padrão?”.

Freud (1912) alertava para os perigos da “pressa para curar”, *furor sanandi*, que os psicanalistas deveriam evitar, uma vez que a cura seria um benefício adicional ao tratamento. No entanto, Lacan (1966) oportunamente faz sua crítica, não aos ditos freudianos, mas ao seu uso. Às escuras dessa ideia de que a cura é um benefício adicional ao tratamento, mora um desvio, no qual o analista se demite de maiores implicações com os avanços do paciente no tratamento, sob a justificativa de precaução contra abusos do desejo de curar. Problemática que promove restrição, e/ou inibe ânimos de inovação e espontaneidade que possam advir do praticante, sufocado pela questão: será que isso ainda é psicanálise? Ou, adiciono outra questão: será isso que sou, um psicanalista?

No silêncio que é privilégio das verdades indiscutíveis, os psicanalistas encontram o refúgio que os torna impermeáveis a quaisquer outros critérios, salvo os de uma dinâmica, uma tópica e uma economia que eles são incapazes de fazer valer do lado de fora (LACAN, 1966, p.325)

O silêncio, como um privilégio das verdades indiscutíveis, se verifica tanto no estereótipo do analista calado, quanto à sua resposta frente às convocações de outros saberes a respeito da eficácia do tratamento. O que confere legitimidade a esse silêncio? Lacan responde: “o psicanalista busca um duplo pertencimento com seu silêncio” e coloca a validação de todos seus problemas, e seus impasses sob este signo (LACAN, 1966, p.325).

Assim, a questão que se quer iluminar - o morcego que se vale de uma postura impossível de apreender - é a própria possibilidade de reconhecimento da psicanálise, isto é, ela enquanto prática variante, e enquanto ciência que se quer padrão, se protege - ora justificada pela teoria, ora justificada pelo seu fazer - dos questionamentos que recebe, seja da medicina, da psiquiatria, das psicologias ou mesmo no interior das próprias instituições de psicanálise. Mesmo promovendo uma produção incessante de artigos sobre a técnica, visando abarcar a variedade do fazer analítico, não encontra em seu bojo uma formalização tal que pudesse dar conta da variedade clínica sem recorrer a padronização ou misticismo; não encontra algo em que pudesse amparar a afirmação “isto é uma psicanálise”.

Lacan (1966) nos fala de um trabalho do Edward Glover como ilustração desse problema. Em sua apresentação no congresso da associação psicanalítica internacional, em Londres, Glover fez um questionário com 24 analistas e juntou 63 pontos considerados as práticas técnicas reais e as normas de trabalho dos psicanalistas. Desses 63 pontos, apenas 6 eram respostas comuns, e apenas 1 ele considerou uma resposta fundamental: analisar a transferência. Banalidades das mais variadas apareceram, tais como: não aceitar presentes dos analisandos, não fazer uso de termos técnicos na análise, evitar contatos sociais, não responder a perguntas, (...) e convenientemente, o pagamento de todas as sessões a que se deixa de comparecer. (LACAN, 1966, p. 328)

Glover estava preocupado em definir "critérios terapêuticos da análise", chamando de perfeição o que Lacan (1966) chamará de formalismos. Ainda que Glover aponte tal disparate como um problema, aqueles a quem ele se dirige, se convocados a darem suas opiniões, falariam as mesmas linguagens técnicas, produziriam dezenas de artigos sobre os mesmos métodos, em uma clara intenção de servir ao poder constituído e a um adestramento com vistas a normatização, que pouco tem de coerência com a psicanálise freudiana. Glover critica o desvio do padrão, colocando como mistificação os processos que obliteram para os sujeitos as origens dos efeitos de sua própria ação. Contudo, mais interessante que censurar as desviantes, seria a possibilidade de embasar,

a partir de uma formalização, a própria prática clínica, sua estrutura, suas táticas, sua estratégia e política, seus fundamentos e conceitos básicos, sem os quais não há raciocínio clínico que não seja amparado por achismos e manutenção de poder, o que permitiria uma maior liberdade a respeito da técnica (como vimos em “Direção do tratamento e princípios de seu poder” texto do último encontro desta atividade). Este ponto toca na questão da formação do analista, uma vez que, diz Lacan: *os dilemas com que se atrapalha o praticante provêm das reduções com que seu pensamento trai sua ação. Contradições que nos cativam, quando drenadas em sua teoria*”. (LACAN, 1966, p.331)

Lacan (1966) está sugerindo a existência de uma lógica desconhecida aos seus agentes, mas que se revela nesta questão das variantes, o próprio movimento desses desvios responde a uma lei, Lacan denuncia:

Assim, persiste uma coerência externa nesses desvios da experiência analítica que circundam seu eixo, com o mesmo rigor com que os estilhaços de um projétil, ao se dispersarem, conservam sua trajetória ideal no centro de gravidade do feixe que traçam. (LACAN, 1966, p.331)

Se a intersubjetividade, pela qual neste momento da obra poderia-se compreender o encontro analítico, é sempre, necessariamente variada, suas leis, estas podem ser formalizadas. Tal formalização é antes de tudo ética. O que são essas leis? O que falha no fazer analítico quando não se atenta a elas? Pouco se pode esperar de manuais técnicos de psicanálise, tão pouco sucumbir a um desejo de avaliar e fiscalizar a atuação de um analista quanto ao correto uso de seus dispositivos. O que Lacan (1966) apresenta nesse texto, podemos colocar como um impasse para a formação do analista, pois se sua formação está fora da lógica da técnica padrão, unificante, qual é a lógica que a sustenta?

Se fazer psicanálise é tratar, necessariamente, da relação do sujeito com esse Outro (analista) para poder avançar sobre males de estar vivo, podemos pensar que é a própria relação do sujeito com o Outro, com seu campo discursivo que na análise se encarna na figura do analista, também é a fonte de seus problemas, é nessa aparente ambiguidade que o analista trabalha.

Com um comentário que se pode dizer irônico, ou tautológico, Lacan (1966) nos coloca uma questão interessante: *uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista*. Comentário que nos instiga a questionar sobre o que consiste o ser do psicanalista e sobre o que é esperado dele. Para não recair em uma lógica circular, ou seja, responder que se espera uma psicanálise do psicanalista, se seguirmos as pistas

do texto, poderíamos pensar que o esperado, no tratamento, é que ele escute. Mas escute o que?

Lacan (1966) se ocupa em trazer luz para a questão da fala, se diferenciando da prática realizada pelos psicanalistas que só fazem escutar o *Eu*, em detrimento de todo o campo original em que o psicanalista se voltava ao que era da ordem do *Isso*. O psicanalista, equivocado pelos manuais de técnicas terapêuticas, acredita-se profeta de alguma verdade previamente estabelecida, e nesse próprio ato descortina um contrassenso no qual, em sua ação, é mais ludibriado do que ludibriador, isto porque, existe uma ambiguidade no que se propõe a psicanálise, ambiguidade revelada na questão “o que falar quer dizer”. Está em jogo uma escolha eleita pelo ouvinte em sua escuta: ou a atenção recai sobre a intenção do conteúdo, do que quer dizer o falante com seu discurso, ou a escuta se volta para o que esse discurso ensina sobre a condição do falante.

O analista, posicionado como intérprete do discurso constituinte, abre condições para o sujeito engajar seu discurso na regra fundamental da psicanálise: a associação livre; livre também da preocupação com a coerência, com os julgamentos, com a vergonha de seus ditos assumidos.

Lacan (1966) sugere que os psicanalistas estão advertidos do peso da fala, ainda que lhes seja obscuro, através de um mal-estar e um embaraço com a insuficiência do uso da interpretação, cada vez mais raro. Assim os analistas fogem de se haver com a interpretação, por não mais terem condições de esclarecer seus atributos, e utilizam o termo “analisar” como marca mesma dessa paralisia diante da ação de interpretar. Isso porque, para agir a partir da interpretação, não basta se ater aos limites do que os ditos de sentido constituídos do falante nos quer dizer, mas dar esse passo além, esse passo que insere a fala como matéria prima da escuta.

Lacan (1966) diz de uma espécie de conforto dos didatas não serem muito interpelados pelos candidatos mais “caçulas” a respeito de um aprofundamento dos termos aos quais se valem para fundamentar suas práticas, por terem poucas condições em conceber com mais clareza do que tratam. Como, por exemplo, na questão do termo, “análise das resistências”. Para Lacan (1966), a **interpretação** da resistência se dá no próprio texto discursivo, caso busque a resistência fora desse discurso ocorrerá um desvio: Tal qual questionamos acima a posição escolhida pelo analista ao se colocar diante do analisando, priorizando a fala ao conteúdo, ocorre aqui uma ambiguidade semelhante que nos permite perguntar: Quem resiste? Lacan (1966) responde que a primeira doutrina rapidamente responderia que quem resiste é o Eu, aquele da primeira

tópica. É aqui então que mora o desvio, a nova orientação, a qual Lacan (1966) dirige sua crítica em especial à Anna Freud, também responderia da mesma maneira, “quem resiste é o Eu”, desconsiderando as modificações no conceito de *Eu* a partir do advento da segunda tópica, na qual a resistência não é privilégio do *Eu*, mas também do Isso ou do Supereu. A questão da análise das resistências demonstra o lugar de desconhecimento do sujeito e a consequente incompreensão de sua relação com a intersubjetividade da fala. Lacan (1966) fala sobre esse momento da virada freudiana:

A partir de então, nada mais desse derradeiro esforço de seu pensamento seria realmente compreendido, como se vê pelo fato de os autores da onda da virada ainda estarem revirando em todas as suas faces o instinto de morte, ou se atrapalhando com aquilo com que o sujeito deve propriamente identificar-se no Eu ou no Supereu do analista, sem dar um passo que valha, porém, multiplicando cada vez mais um contrassenso irresistível. (LACAN, 1966, p.336)

Lacan (1966) esclarece qual é a inversão que está operando. Tomam o sujeito constituinte do sintoma, como constituído, como material, enquanto o Eu, que é constituído no discurso, é lido erroneamente pelo analista como instância constitutiva, sobre o qual recai todo o enfoque e interesse da análise. Tal concepção leva a distorções perigosas, tal qual a ideia de que nada se sabe do sujeito senão o que seu *Eu* aceita nos dar a conhecer.

Lacan (1966) retoma o texto de Freudiano, *Inibição, Sintoma e Angústia*, que compreende o *Eu* como constituído a partir dos mesmos momentos de um sintoma. A partir da escolha equivocada de tomar o *Eu* como sujeito, não mais como sintoma, toda sorte de transgressões ocorre nas concepções de resistências e mecanismos de defesa. Em deslocar a análise do lugar privilegiado da escuta do sujeito em sua dimensão de ser falante, não se vê razão para aprofundar no campo do que a fala do analisante nos tem a ensinar, nisso a psicanálise perde sua verdade e degrada-se em uma imensa mistura desordenada de teorias psicológicas das mais diversas, vagando entre medicina e psicoterapia.

A crítica de Lacan (1966) toca em um ponto que nos é caro ainda hoje, não incomum, análises que se debruçam sobre aspectos imagéticos de como cada analisando se apresenta, qual sua roupa, seu andar, seus trejeitos, como se senta, como se toca. Por sua vez, uma atenção menor é conferida a seu ritmo, seu tom, suas interrupções, sua

melodia, seus erros de sintaxe. Se antes o discurso do sujeito podia, em certa medida, ser posto entre parênteses em um início de tratamento para se precaver do engodo e da manipulação do analisando para obstruir sua verdade, hoje é a título de sua função de signo que o discurso é desvalorizado. Pois já não é apenas que o despoje de seu conteúdo para escutar o que a fala nos tem a ensinar, qualquer sinal de imagem confere ao analista maior interesse, sob o título de um nome curioso bastante comum aos nossos tempos: leitura da “**linguagem** corporal”.

Assim, quanto mais a análise se distancia do discurso em que ela se inscreve mais a interpretação do analista está na dependência de um saber prévio, isto porque a análise criticada por Lacan (1966) se dá na relação de um *Eu com um Eu*, ou como Reich refere de que o analista deve tornar-se aliado da parte sadia do *Eu* do sujeito, de tal modo que Hoffer chega a proferir que o término da análise implicaria a identificação do sujeito com o *Eu* forte do analista. Assim, ao excluir da cena analítica a estrutura simbólica, o psicanalista fica de mãos atadas, não tendo nenhum outro recurso que não seja extraído de seu *Eu* - forte ou fraco - ou seja, necessita de um conhecimento preconcebido ou de uma intuição imediata.

Aceitaremos, de momento, essa aporia a que a análise fica reduzida para manter no desvio seu princípio, e formularemos a pergunta: para assumir que ele é a medida da verdade de todo e qualquer dos sujeitos que se confiam à sua assistência, o que deve ser, portanto, o *Eu* do analista? (LACAN, 1966, p.341)

No subtítulo a partir do qual Lacan (1966), discorre sobre esta questão - ***Do Eu na análise e de sua finalidade no analista*** - identificamos que a versão em francês nos possibilita duas traduções: **de sa fin chez l’analyste**, pode ser também traduzido **de seu fim no analista**, fim aqui concebido como algo que acaba, o que suponho ser uma ambiguidade pertinente ao argumento lacaniano: *a finalidade do Eu no analista, sua função, e o fim do Eu do analista*.

O que deve consistir esse *Eu* do analista, que serviria de medida da verdade para todo e qualquer sujeito? Ao contrário do que se poderia imaginar por esta formulação, este *Eu*, segundo Lacan (1966) - o *Eu* do analista – além de não precisar ser forte, não é seu forte, por isso deve ser analisado. Tamanha a importância da análise do analista, Ferenczi eleva à categoria de segunda regra fundamental. O *Eu* é o que o psicanalista tem

que vencer em si mesmo na sua análise. Para entender o lugar do *Eu* no decorrer de uma análise, devemos compreender sua função.

Lacan (1966) diz de que para Reich a personalidade de um sujeito, estrutura-se como um sintoma que é sentido como estranho, ou seja, ela abriga inadvertidamente um sentido recalcado. A personalidade seria uma armadura, uma defesa contra a efusão orgástica. Para Lacan, o erro de Reich se dá principalmente em considerar armadura aquilo que é, em fato, armaria, isto é um depósito de armas. Neste sentido, a função imaginária, diferente do que é para os animais, no homem se desvia para a relação narcísica em que o *Eu* se inaugura como depósito de identificações, e cuja significação desse *Eu* não virá sem a marca da agressividade. Isto porque a agressividade vai sempre apontar para a ameaça de dilaceração ao qual o sujeito está estruturalmente submetido. A relação entre a identificação com o outro e a assunção de um desejo, produz uma agressividade fundamental da relação imaginária, a qual se compreende pela dialética hegeliana entre o mestre/senhor e o escravo. A identificação com a imagem, que permite via imaginário a sustentação da ilusão de unidade, é constantemente ameaçada de ser desmembrada, não garante que o desamparo seja descartado, pelo contrário, o abismo da angústia frente a possibilidade de decaimento de suas identificações é marcante. Se a relação agressiva é constituinte, é porque o *Eu* é desde partida um outro. Portanto, no plano imaginário, o outro está sempre prestes a reivindicar e retomar posse de seu lugar de mestre/senhor absoluto.

Com Lacan (1966) sabemos que a relação dual entre analista e analisando é equivocada desde o princípio, pois há **no mínimo** três elementos em jogo. Para que o sujeito se fixe em uma relação com sua imagem, ele está obliterando toda uma dimensão de si no qual ele não é símbolo, daí a importância de se compreender o lugar da morte, que deriva de todo um pensamento freudiano muito mal compreendido, segundo Lacan (p.348), que é a de instinto de morte a partir de sua inscrição em *Para Além do Princípio do Prazer* (1920), e em nome dessa má compreensão os analistas ficam as voltas sobre a insistência da agressividade maciça no diva de uma análise ancorada no *Eu*.

Não há, com efeito, outra realidade senão esse toque da morte cuja marca ele recebe em seu nascimento, por trás do novo encanto que assume no homem a função imaginária. Pois é justamente o mesmo "instinto de morte" que, no animal, manifesta-se nessa função (...). Somente ao homem essa imagem revela sua significação mortal, e de morte ao mesmo tempo: que ele existe. (LACAN, 1966, p.348)

O uso do divã, por exemplo, permite ao analista ocupar um lugar invisível para o paciente, enquanto este lhe encaminha sua fala: Por que seu uso é uma tática importante? Para Lacan (1966), a imagem narcísica se produz de modo mais puro quando sem a interferência da imagem do analista, de modo a ficar mais livre para circular com suas seduções atreladas às cadeias discursivas próprias e fundamentais de serem ouvidas. Se é claro para o analista que não convém corresponder aos apelos de seduções, ainda que eles possam circular, não é tão evidente que mais relevante do que a ação de não responder, é a posição de onde (não) responde.

Ao privilegiar tomar o *Eu* como objeto da análise, e responder também a partir de seu *Eu*, o analista se colocará em um lugar tão ingênuo quanto o próprio sujeito em relação a influência dos artifícios egóicos. Não incomum um ardor narcísico surgir ao final de uma análise com este enfoque, seja através do ódio, ou de uma espécie de explosão catártica de emoções indescritíveis. Esses acontecimentos que colhemos nas experiências transferenciais das análises do *Eu*, não nos são estranhos, estão lá desde a constituição subjetiva, na voracidade e júbilo recíproco da dupla mãe-filho. Se considerarmos que a relação intersubjetiva em uma análise é de fato dual (relação de um *Eu* a um *Eu*) estaremos a toda sorte dos efeitos de descartarmos um terceiro elemento crucial na mediação que a fala faz dessa relação: a morte, em sua dimensão de morte do símbolo. Para que a transferência possa escapar desses efeitos, não há como o analista se posicionar vestido de sua imagem narcísica, ele há de se despojar para o que há de mais irreduzível por debaixo de suas máscaras: a do mestre/senhor absoluto, não o *Eu*, mas a morte.

Poderia se tratar de, em um final de análise, o sujeito encontrar a subjetivação de sua morte, no qual o sujeito encontraria nas origens do *Eu* sua realidade mortal, mas essa condição imaginária, só pode advir em uma sucessão de suspensão de todo saber que se afirme como objetivo, pois a morte não é algo tangível de se representar, e o analista tampouco pode saber sobre ela. Então, com o analista trabalhando em sua análise pessoal as possibilidades de fazer decair suas identificações para encontrar com sua condição de "ser-para-a-morte", encontrará com um saber a partir do qual, nenhum outro saber/poder terá sua preferência. Trataria, pois, de se encontrar com um saber sobre o qual não mais se satisfará com ter seus conhecimentos reconhecidos e prestigiados, por ter seu *Eu* como destino identificatório ideal a quem ele dispõe a ouvir em seu divã, não se contentará em sustentar um lugar de poder padronizante. Diz Lacan (1966): *Assim, agora ele pode responder ao sujeito do lugar que quiser, porém não quer mais nada que determine esse lugar* (LACAN, 1966, p.351).

Esse não querer mais nada, nada que determine seu lugar, a partir desse saber a que se chega, não equivale a promover a indiferença generalizada como afeto central de uma análise, tão pouco uma neutralidade de apenas desejar o bem, amar o próximo, etc. Mas então que saber é esse? Lacan (1966) se questiona: que deve saber, na análise, o analista? Questão a qual ele responde já logo no título da última parte do texto, o *psicanalista deve saber ignorar o que ele sabe*.

Tal formulação é curiosa dentro do pensamento lacaniano, uma vez que ele parte da denúncia a que se presta seu texto: a de que os analistas desconhecem o que fazem. Sua crítica se refere a um não-saber generalizado sobre o que consiste e insiste a atuação e formação dos analistas, apelando ao recurso da "experiência", como forma de qualificar o conhecimento adquirido a partir de sua análise pessoal, sem, contudo, terem quaisquer confirmações sobre o que os tornariam diferentes dos outros homens, sobre sua posição. O que distingue a posição do analista em relação aos demais é ser ele, fundamentalmente, capaz de servir como porta-a-voz da palavra falada. É disto que se trata a função do analista, ele comporta a fala do sujeito, mesmo no silêncio, é aliás, o silêncio que comporta a fala. No entanto, o silêncio do analista não equivale a não fazer barulho, não falar, mas sim em faltar com sua resposta.

Através da verdadeira fala descobre-se que sua significação remete sempre à outra significação, é sempre um signo, não a coisa em si. Essa fala, apontada para a verdade do sujeito, esta geralmente interdita pelo discurso intermediário. No entanto, a fala aparece por toda parte onde o sujeito é constituído, uma antinomia semelhante à do sentido freudiano de inconsciente. É na medida das possibilidades do analista poder escutar para além do discurso intermediário que ele se torna capaz de produzir uma interpretação reveladora.

Lacan (1966) cita um profundo mal-estar que se estabelecera no que concerne à formação do analista, a partir de um relato, em formato de desabafo que em 1952 o Dr. Knight proferiu, em sua mensagem presidencial à Associação Psicanalítica Norte-Americana. Incomodado com mudanças em relação ao formato mais estruturado do ensino, este agora não mais concedido por mestres, e a respeito do recrutamento de candidatos, se queixa:

"Antigamente, eles eram, (...) individualidades introspectivas, marcadas por seu pendor para o estudo e a meditação, e que tendiam a realizar uma individualidade elevada, ou mesmo a restringir sua vida social às discussões clínicas e teóricas com seus colegas. Liam prodigiosamente e

dominavam perfeitamente a literatura analítica" (...) "Muito pelo contrário, pode-se dizer que a maioria dos estudantes da última década (...) não são introspectivos, tendem a não ler nada senão a bibliografia que lhes é indicada no programa dos institutos, e só desejam acabar o mais depressa possível o que é exigido para sua formação. Seu interesse volta-se primeiramente para a clínica, preferida à pesquisa e à teoria. Sua motivação para serem analisados é basicamente a de passar pelo que sua formação exige (...) A capitulação parcial de alguns institutos (...), em sua pressa ambiciosa e sua tendência a se satisfazerem com a mais superficial apreensão da teoria, está na origem dos problemas que temos de enfrentar atualmente na formação dos analistas." (LACAN, 1966, p.358)

Tal desabafo se afigura contemporâneo às nossas questões? Existiria um problema a respeito do perfil dos candidatos que se traduziria em um fracasso institucional na formação dos psicanalistas? O que é desejável a um praticante/analizando?

Para Lacan (1966) o real impasse na formação do psicanalista não reside propriamente no modo como o analisando se porta, em seus interesses ou suas ambições, a morada desta questão está principalmente na problemática da falta de compreensão generalizada do que fazem, e de modo algum a solução estaria em tornar o ensino menos estruturado e mais na dependência de um mestre, mas sim que não lhes sejam ensinados saberes previamente digeridos, resumidos às experiências analíticas alheias. Não há, segundo Lacan (1966), nenhum valor formativo no ensino pautado unicamente das experiências, isto porque tal saber é imaginário e claudica incessantemente nas artimanhas egóicas, produzindo o próprio mal a que o Dr. Knight se queixa.

Uma formação do analista baseada na imitação e obediência replicaria uma inércia de desresponsabilização por todos os lados. Nota-se na constatação de Lacan a ênfase dada por Freud de que a ciência analítica deve ser recolocada em questão na análise de cada caso, isto porque, o analista em formação deveria, a cada nova experiência, poder realocar seus conhecimentos ao que há de mais particular no sujeito, passando necessariamente pelo reconhecimento em seu saber daquilo que não sabe, isto é, pelo sintoma de sua ignorância: "A ignorância, de fato, não deve ser entendida aqui como uma ausência de saber, mas, tal como o amor e o ódio, como uma paixão do ser; porque ela pode ser, à semelhança deles, uma via em que o ser se forma". (LACAN, 1966, p.360)

Há de se sublinhar que o desejo de saber atrelado ao desejo de poder, move o candidato na decisão de se tornar analista, e quando encontra aliança na mesma modalidade gozante de seus mestres, forma-se um pacto narcísico hierárquico, solidificando a robustez dos egos envolvidos no campo do saber e do ensino. Neste sentido, o não-saber, a ignorância, torna-se uma forma mais avançada e elaborada do

saber. Na insistência de tamponar esse ponto impossível do saber na formação do analista, o candidato não terá condições de se lançar em um modo mais autêntico e implicado com o tratamento, mas sim cumprir função de robô. Freud já anunciara a respeito do fechamento do inconsciente quando o analista, por se acreditar detentor máximo do saber, ou capaz de compreender o sentido *a priori* do discurso do sujeito, "deixa de ser portador da fala" e torna-se incapaz de reconhecer o lugar da *verdade inconsciente* advinda dessa fala particular.

Daí a importância de uma análise crítica dos fundamentos da psicanálise, visando evitar sua degradação em efeitos de suborno coletivo. A disciplina interna direcionada ao que tange a formalização do fazer analítico evitaria que a experiência do analista fosse tomada como material teorizante de novos casos, visando evitar esses efeitos de excesso de formalismos na formação do analista e, assim, introduzir clareza na questão de suas variantes. Importante salientar a reserva de Freud em relação à sua própria técnica de tratamento, quando ele diz:

"Mas, devo dizer expressamente que essa técnica foi obtida apenas como sendo a única apropriada à minha personalidade; eu não me atreveria a contestar que uma personalidade médica constituída de um modo totalmente diferente pudesse ser levada a preferir outras disposições no tocante aos doentes e ao problema por resolver". (p.364)

Perde-se muito ao considerar tais dizeres referidos apenas à uma demonstração de modéstia da parte de Freud, mas ganha-se em termos de transmissão ao se escutar os dizeres freudianos como uma afirmação de que a análise só pode encontrar sua medida através de uma doura ignorância.

Pensar a formação do psicanalista em uma cultura tão amparada no referencial utilitarista/mercadológico carrega uma possibilidade de iluminar o que a psicanálise tem de potencial disruptivo: elevar cada caso como se fosse o único, o primeiro, e a partir de sua ética do não-saber *a priori*, descola-se da imposição da busca compulsória pela felicidade e erradicação das mazelas de sua neurose. A dimensão ética da formação do psicanalista admite a recusa de fundamentar seu fazer em consonância com as regras adaptativas e moralizantes da civilização.

Mas se a prática psicanalítica se orienta por uma ética do não saber, como se ensina um não saber? Como se aprende um não saber? Trata-se de ensinar e aprender?

Freud (1910) em “*As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica*”, no ano em que fundou a IPA, brincava com o tema, ao dizer que ouvir conferências ou ler livros sobre o inconsciente são medidas tão eficazes para os sintomas neuróticos quanto a distribuição de cardápios o são para a fome. O saber transmitido em uma psicanálise não é da ordem de um ensino de informações e introjeções das experiências de seus mestres e professores, mas uma transmissão de saber do não sabido, um saber que não se cristaliza em significação definida, mas que surge a partir, principalmente, dos efeitos de sua análise e das possibilidades de transferir trabalho, não apenas conteúdo. Para que um candidato avance em direção a autorizar-se enquanto analista, ele há de se haver com uma questão crucial colocada pelo Mauro Mendes em seu texto sobre o dispositivo clínico: *O que cada um faz para tornar próprio o que recebeu do Outro?* Como cada um fez, faz e fará, para tornar próprio o que vem do Grande Outro, bem como do que vem do outro minúsculo, do que vem de seus mestres, colegas, do que vem de seus estudos, de sua clínica e de sua análise?

A moral da fábula do morcego ensina uma mensagem didática para as crianças, advertindo para que elas não desamparem seus capitães, não esqueçam dos amigos e da amizade em tempo de trabalhar, para não terem mais inimigos que amigos. A ética, segundo a qual a lógica lacaniana se serve, não se fundamenta em uma moral religiosa, acadêmica ou psicológica que prega uma unidade de si autônoma, absoluta, consciente e autossuficiente. Tal qual a fábula, Lacan aponta também para uma advertência: a necessidade de desamparar a manutenção de um saber/poder hermético da psicanálise em sua aproximação com o discurso médico e suas normas totalizantes na formação dos analistas. Contudo, desde sua ética, ao invés de advertir, a psicanálise primordialmente subverte, através do não desamparo do sujeito e de seu desejo, bem como na dignidade da fala e do campo da linguagem em tempo de trabalhar. Ao contrário da moral do conto do Esopo, essa ética não se aprende pela via do ensino, mas é transmitida a partir de uma ignorância, que por ser douta, sabe não saber, sem a qual estaremos fadados a viver no escuro, desnudos de nossa condição de ser falante e finalmente, divididos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, S. (1910). *AS PERSPECTIVAS FUTURAS DA TERAPÊUTICA PSICANALÍTICA*. RIO DE JANEIRO: IMAGO, 1969. (ESB, 11).

_____. (1914). *HISTÓRIA DO MOVIMENTO PSICANALÍTICO*. RIO DE JANEIRO: IMAGO, 1969. (ESB, 14).

LACAN, J. (1966). VARIANTES DO TRATAMENTO PADRÃO. IN: ESCRITOS. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR, 1998.

PINHEIROS, C. FÁBULAS DE ESOPO ILUSTRADAS. 2. ED. LICENÇA CREATIVE COMMONS, 2013